



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo I – Inquérito Policial

3.º) Termo circunstanciado – Lesão dolosa

“U” agrediu fisicamente o vizinho, que, logo após, comunicou o fato à autoridade policial. Por se tratar de infração de menor potencial ofensivo (lesão corporal leve),¹ lavrou-se o termo circunstanciado.²

Distrito Policial: ____ .º DP

Termo n.º ____

Município: ____

Comarca: ____

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA POLICIAL N.º ____

Lei 9.099/95

Data do fato: ____

Hora do fato: ____

Data da comunicação: ____

Hora da comunicação: ____

Local da ocorrência: ____

Natureza da ocorrência: LESÃO CORPORAL DOLOSA

Condutor e primeira testemunha: ____ (nome e qualificação).³

Depoimento: “estava em patrulhamento de rotina, quando ouviu gritos de socorro; chegando ao local dos fatos, deparou-se com o autor em fuga, ocasião em que o seguiu; em seguida, percebeu que havia um rapaz com o lábio ferido, sangrando bastante, dizendo-se vítima de um soco que teria sido desferido pelo agente; foram conduzidos agressor e vítima a esta delegacia”.

Segunda testemunha: ____ (nome e qualificação)

Depoimento: “____”.

Vítima: ____ (nome e qualificação)

Declarações: “o declarante é vizinho do autor há aproximadamente sete anos; de seis meses para cá, sem qualquer motivo, o agente passou a implicar com os latidos do cachorro mantido pelo declarante; embora não seja verdade que o animal cause algum tipo de perturbação, dessas situações advieram muitas discussões, inclusive com ofensas verbais recíprocas; o autor, por não aceitar as justificativas do declarante, passou a ameaçá-lo de agressão sistematicamente; tendo em vista que, no dia de hoje, o declarante recusou-se a se desfazer do seu cão, o autor saltou o pequeno muro que separa as duas casas e desferiu-lhe um violento soco, que provocou um corte no lábio; tal fato ocorreu na porta da residência

¹ São de menor potencial ofensivo as infrações cuja pena máxima em abstrato não ultrapasse o limite de dois anos de reclusão ou detenção, cumulada ou não com multa (art. 61 da Lei 9.099/95, com a redação dada pela Lei 11.313/2006).

² Em casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher, não mais se aplica o disposto na Lei 9.099/95 (art. 41 da Lei 11.340/2006), razão pela qual haverá inquérito ou prisão em flagrante, conforme o caso, sem lavratura do termo circunstanciado.

³ Não há, na Lei 9.099/95, uma fórmula específica para a lavratura do termo circunstanciado, razão pela qual se pode obedecer a ordem utilizada para o auto de prisão em flagrante (condutor, testemunhas, vítima e autor). Pode-se, também, ouvir, em termos apartados, outras testemunhas que não o condutor.

do declarante, quando se preparava para sair para o trabalho; logo após a agressão, vizinhos interferiram e o autor fugiu, mas foi detido por uma viatura que passava pelo local; após ser medicado, o declarante compareceu a esta delegacia”.

Autor: ____ (nome e qualificação)

Declarações: “não é verdade que tenha desferido um soco na vítima; deu-lhe apenas um tapa no rosto, porque este o ofendeu na frente dos vizinhos que estavam por perto; o motivo da desavença é o fato de não suportar mais os constantes latidos do cachorro mantido pelo vizinho, que não o deixa dormir em paz; afirma que já tentou, amigavelmente, uma solução, porém a vítima é teimosa e não admite dispor do animal; arrepende-se do que fez, pois deveria ter tomado outras providências e não precisava ter agredido a vítima”.

Exames periciais requisitados: laudo de exame de corpo de delito (IML para vítima).

Juntem-se informações sobre os antecedentes criminais do autor.

Entregue cópia deste à vítima e ao autor, mediante recibo.

Registre-se. Cumpra-se.

Comarca, data.

Autoridade Policial

Condutor e primeira testemunha

Segunda testemunha

Vítima

Autor

Escrivão